



2º Simulado Especial

TCE RS

**Auditor De Controle Externo -
Ciências Contábeis**

Pós-Edital

Simulado

2º Simulado TCE-RS (Auditor de Controle Externo - Ciências Contábeis)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **TCE-RS**, cargo de **Auditor de Controle Externo - Ciências Contábeis**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/W41kvG7zsw7hLHvE7>

01 - C E	21 - C E	41 - C E	61 - C E	81 - C E	101 - C E	121 - C E	141 - C E	161 - C E
02 - C E	22 - C E	42 - C E	62 - C E	82 - C E	102 - C E	122 - C E	142 - C E	162 - C E
03 - C E	23 - C E	43 - C E	63 - C E	83 - C E	103 - C E	123 - C E	143 - C E	163 - C E
04 - C E	24 - C E	44 - C E	64 - C E	84 - C E	104 - C E	124 - C E	144 - C E	164 - C E
05 - C E	25 - C E	45 - C E	65 - C E	85 - C E	105 - C E	125 - C E	145 - C E	165 - C E
06 - C E	26 - C E	46 - C E	66 - C E	86 - C E	106 - C E	126 - C E	146 - C E	166 - C E
07 - C E	27 - C E	47 - C E	67 - C E	87 - C E	107 - C E	127 - C E	147 - C E	167 - C E
08 - C E	28 - C E	48 - C E	68 - C E	88 - C E	108 - C E	128 - C E	148 - C E	168 - C E
09 - C E	29 - C E	49 - C E	69 - C E	89 - C E	109 - C E	129 - C E	149 - C E	169 - C E
10 - C E	30 - C E	50 - C E	70 - C E	90 - C E	110 - C E	130 - C E	150 - C E	170 - C E
11 - C E	31 - C E	51 - C E	71 - C E	91 - C E	111 - C E	131 - C E	151 - C E	171 - C E
12 - C E	32 - C E	52 - C E	72 - C E	92 - C E	112 - C E	132 - C E	152 - C E	172 - C E
13 - C E	33 - C E	53 - C E	73 - C E	93 - C E	113 - C E	133 - C E	153 - C E	173 - C E
14 - C E	34 - C E	54 - C E	74 - C E	94 - C E	114 - C E	134 - C E	154 - C E	174 - C E
15 - C E	35 - C E	55 - C E	75 - C E	95 - C E	115 - C E	135 - C E	155 - C E	175 - C E
16 - C E	36 - C E	56 - C E	76 - C E	96 - C E	116 - C E	136 - C E	156 - C E	176 - C E
17 - C E	37 - C E	57 - C E	77 - C E	97 - C E	117 - C E	137 - C E	157 - C E	177 - C E
18 - C E	38 - C E	58 - C E	78 - C E	98 - C E	118 - C E	138 - C E	158 - C E	178 - C E
19 - C E	39 - C E	59 - C E	79 - C E	99 - C E	119 - C E	139 - C E	159 - C E	179 - C E
20 - C E	40 - C E	60 - C E	80 - C E	100 - C E	120 - C E	140 - C E	160 - C E	180 - C E

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/5gCH>

CONHECIMENTOS GERAIS (MANHÃ)**LÍNGUA PORTUGUESA***Felipe Luccas***TEXTO I**

Presentes em diversos lugares do mundo, os movimentos separatistas pregam pela independência de seus territórios. Um dos mais famosos grupos deste tipo encontra-se na Irlanda, o IRA (Exército Republicano Irlandês), que prega a separação da Irlanda do Norte do Reino Unido e reanexação à República da Irlanda. Outra organização conhecida é o ETA (Euskadi Ta Askatasuna), que procura a independência da região do País Basco (Euskal Herria), de Espanha e França.

A maioria destes grupos concentra-se no continente Europeu, enquanto existem diversos movimentos separatistas no Brasil. Em sua maioria, lutam pela independência de alguns territórios brasileiros. Geralmente, suas motivações são políticas e econômicas, baseadas na autodeterminação das populações originárias de certa região.

Apesar de existirem diversos grupos contemporâneos, estas organizações estão presentes no país desde a época de Amador Bueno, um paulista que o povo aclamou rei em São Paulo. Este episódio confunde muitas pessoas que acham que foi D. Pedro I o pioneiro a gritar independência no país.

Entre os principais momentos históricos de independência no Brasil, outro movimento que teve sucesso foi a Província Cisplatina que, após o término da Guerra da Cisplatina, conseguiu a independência tornando-se a República Oriental do Uruguai, atual Uruguai.

Há um artigo na Constituição Brasileira de 1988 que diz que a República Federativa do Brasil é "formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal". Apesar disso, dentro da mesma legislação há outro artigo que garante a liberdade de manifestação individual de pensamento, contanto que não sejam utilizadas armas de fogo, atentados contra a vida pública ou incitação de violência.

Alguns movimentos separatistas que encontramos atualmente no Brasil são: Movimento República Rio-grandense (MRR), Movimento pela Independência do

Pampa (MIP), O Sul é o Meu País, Grupo de Estudos Nordeste Independente (GESNI), Movimento São Paulo Independente (MSPI), Movimento República de São Paulo ou (MRSP), Movimento Liberdade da Pátria Paulista, Movimento São Paulo para os Paulistas, entre outros.

Adaptado de <https://www.infoescola.com/atualidades/movimentos-separatistas-no-brasil>

Considerando as ideias e aspectos linguísticos do texto, julgue os itens a seguir.

1. O primeiro parágrafo informa que o país Basco é fronteiriço à França e à Espanha, contra as quais está em conflito.
2. Infere-se do texto que o separatismo é um fenômeno universal com instâncias globais, porém mais prevalente na Europa.
3. Segundo o texto, os movimentos separatistas no Brasil possuem motivações econômicas.
4. O texto apresenta Amador Bueno como pioneiro dos movimentos separatistas no Brasil, sendo o primeiro a declarar independência.
5. Infere-se do último parágrafo que os atuais movimentos separatistas brasileiros não procedem apenas das regiões sul e sudeste do país.
6. O texto afirma que a Constituição de 1988 proíbe manifestações de cunho separatista.
7. Depreende-se do texto que o território hoje uruguai já foi parte do Brasil.
8. Considerando sua estruturação e tipologia, o texto classifica-se como dissertativo.

9. No primeiro período do primeiro parágrafo, o vocábulo "pregam" foi empregado em sentido figurado, com sentido de "defendem".
10. No segundo período do texto, a forma verbal "encontra-se" poderia ser flexionada no plural: **encontram-se**.
11. O vocábulo "conquanto", no segundo parágrafo, poderia ser substituído por "entretanto", sem prejuízo gramatical ou semântico.
12. No segundo parágrafo, as vírgulas após "maioria" e "Geralmente" poderiam ser suprimidas, sem prejuízo gramatical.
13. No primeiro período do quinto parágrafo, a forma verbal "há" poderia ser substituída por "existe" sem prejuízo à correção gramatical e aos sentidos originais. Porém, haveria alteração das relações sintáticas originais.
14. No segmento "*Este episódio confunde muitas pessoas que acham que foi D. Pedro I o pioneiro a gritar independência no país*", o vocábulo "que", nas suas duas ocorrências, exerce função gramatical distinta.
15. No primeiro período do segundo parágrafo, o segmento "A maioria destes grupos concentra-se no continente Europeu" poderia ser reescrita, sem prejuízo gramatical ou semântico, da seguinte maneira: **A maioria desses grupos concentram-se na Europa.**

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Emannuelle Gouveia

16. A transferência de arquivos entre computadores remotos é possível apenas por meio de navegadores de internet e ferramentas de nuvem, como Google Drive ou OneDrive, sendo inviável em conexões ponto a ponto.
17. No Windows 11, a Central de Segurança do Windows permite verificar o status de firewall, antivírus, proteção da conta e integridade do dispositivo.
18. O Microsoft Word não possui recurso nativo para inserir quebras de seção em documentos longos.
19. No Microsoft Excel, a função PROCV retorna um valor com base em uma busca vertical nas colunas de uma matriz dada como intervalo de dados.
20. No Microsoft Excel, é possível proteger uma planilha com senha, impedindo que células sejam modificadas, ocultadas ou até mesmo visualizadas, conforme as permissões definidas.
21. No Microsoft PowerPoint, o recurso de "Transição" é utilizado para aplicar efeitos visuais entre os slides durante a apresentação, enquanto os "Animações" se aplicam a elementos internos de cada slide.
22. O ICMP é um protocolo do modelo TCP/IP que atua na camada de aplicação e é usado por dispositivos de rede para diagnosticar problemas de comunicação.
23. Todas as funcionalidades das redes em geral, são baseadas na análise de permissões do usuário, podendo o mesmo ter um maior ou menor nível de acesso de acordo com as definições da política da empresa.

24. Um rootkit é um tipo de malware projetado para se esconder no sistema e permitir acesso privilegiado ao invasor, sem ser detectado facilmente.

25. Em ambientes corporativos, cavalos de troia representam ameaça relevante, pois, ao contrário de ouros ataques, podem permitir acesso remoto não autorizado ao sistema comprometido, mesmo sem apresentar sintomas visíveis ou causar replicação automática.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

Carlos Henrique

Ao comentar, no Instagram, a respeito de informações veiculadas por um político, certo analista político escreveu: “Ou o político é muito mal informado ou age de má-fé. Em minha opinião, as duas coisas.”

Com base no texto precedente e nos aspectos de lógica sentencial, julgue os itens 26, 27 E 28

26. Sob o ponto de vista da lógica sentencial, o comentário do analista político manifesta no trecho “as duas coisas” é incompatível com o conectivo lógico empregado na fala anterior a esse trecho.

27. A tabela-verdade associada à proposição “Ou o político é muito mal informado ou age de má-fé” possui 4 linhas.

28. A negação da proposição “Ou o político é muito mal informado ou age de má-fé” é a proposição “O político não é muito mal informado e não age de má-fé”.

Certo contribuinte, em débito com a receita federal, constatou que deve pagar R\$ 4.200 para quitar todos os débitos, após desconto concedido por aquele órgão. Após tal desconto, o pagamento pode ser parcelado em ATÉ 5 parcelas mensais, sendo a primeira calculada pela divisão entre o valor da dívida pós- desconto e o número escolhido de parcelas, paga no momento do acordo. As demais têm seu valor corrigido em 10% em relação à do mês anterior.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens 29 e 30.

29. Se o valor a ser pago tiver sido resultante de um desconto de 30% sobre a dívida, então o valor da dívida inicial era inferior a R\$ 5.600.

30. Supondo-se que o contribuinte opte por efetuar o pagamento em 3 parcelas, então a soma algébrica dos valores por ele pagos será inferior a R\$ 4.700.

No mês de outubro, haverá uma grande operação com os auditores de controle externo. Foram enviados auditores de Porto Alegre para as cidades de Pelotas, Santa Maria, Gravataí e Caxias do Sul. Supondo que o deslocamento dos auditores tenha sido realizado por micro-ônibus de 20 lugares, veículos SUV de 5 lugares e sedãs de 4 lugares, julgue os itens 31, 32 e 33

31. Supondo-se que para Pelotas tenham sido enviados 29 auditores distribuídos em um micro-ônibus, um veículo SUV e um veículo sedã, é correto afirmar que o número de maneiras aleatórias de distribuir esses 29 auditores nesses três veículos é superior a $\frac{29!}{20!5!}$.

32. Supondo-se que, para a cidade de Santa Maria, tenham sido enviados 38 auditores distribuídos em um micro-ônibus, duas SUV e dois sedãs, é correto afirmar que, caso se selecione, ao acaso, um desses 38 agentes, a probabilidade de o agente selecionado ter-se deslocado para Santa Maria utilizando um veículo SUV é inferior a 0,31.

33. Considerando-se que tenham sido enviados para Caxias do Sul 60 auditores, dos quais 32 fossem mulheres, e para Gravataí, 50 auditores, dos quais 22 fossem mulheres, é correto afirmar que, entre os 110 auditores que tenham atuado nessas duas cidades, a probabilidade de se escolher aleatoriamente um que seja mulher e tenha ido para Gravataí é inferior a 22%.

Em Porto Alegre, foram entrevistadas várias pessoas acerca de suas preferências em relação a três raves; Master PA (M), Nano Tech (N) e Primer PA (P). Os resultados mostraram que:

420 pessoas gostam da rave M.

420 pessoas gostam da rave N.

500 pessoas gostam da rave P.

40 pessoas gostam das três raves.

200 pessoas não gostam de nenhuma das três raves.

120 pessoas gostam das raves M e N.

140 pessoas gostam das raves M e P

100 pessoas gostam das raves N e P.

Dante do exposto, julgue os itens 34 e 35

34. O número de pessoas que respondeu a pesquisa foi superior a 1200

35. A negação da proposição “Monique gosta da rave P e não gosta da rave M” é dada por “Se Monique não gosta da rave M então ela não gosta da rave P”.

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - LRF

Gabriela Zavadinack

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), julgue as questões 36 a 40:

36. Ao calcular a sua receita corrente líquida, o Estado do Rio Grande do Sul deve deduzir as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional ou legal.

37. A Lei de Diretrizes Orçamentárias poderá dispor sobre normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos, bem como sobre a exclusão de despesas primárias da apuração da meta de resultado primário dos orçamentos fiscal e da seguridade social.

38. Na concessão de crédito por ente da Federação à pessoa física, os encargos financeiros, comissões e despesas congêneres poderão ser inferiores ao custo de captação quando houver autorização em lei específica e o subsídio correspondente for consignado na lei orçamentária.

39. Se a despesa total com pessoal do TCE-RS ultrapassar o limite definido na Lei de Responsabilidade Fiscal, é facultada a redução temporária da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos à nova carga horária com vistas à adequação ao limite.

40. Na ocorrência de calamidade pública no Estado do Rio Grande do Sul, reconhecida pela Assembleia Legislativa, enquanto perdurar a situação, serão dispensados o atingimento dos resultados fiscais e a limitação de empenho prevista no art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como afastadas as condições e as vedações relativas à geração de despesa obrigatória de caráter continuado, desde que a criação ou o aumento da despesa sejam destinados ao combate à calamidade pública.

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA*Herbert Almeida*

- 41.** Segundo o Supremo Tribunal Federal, no Tribunal de Contas Estadual, composto por sete conselheiros, quatro devem ser escolhidos pela Assembleia Legislativa e três pelo chefe do Poder Executivo estadual, cabendo a este indicar um dentre auditores e outro dentre membros do Ministério Público, e um terceiro a sua livre escolha.
- 42.** Em atenção aos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima, os Tribunais de Contas estão sujeitos ao prazo de cinco anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas.
- 43.** O recurso hierárquico impróprio deverá ser encaminhado à autoridade hierarquicamente superior, que realizará o juízo de legalidade ou mérito no prazo legalmente fixado ou, se não houver prazo legal, em prazo razoável, considerando a complexidade do tema.
- 44.** A intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, em caso de ausência ou deficiência grave do serviço, viola o princípio da separação dos poderes.
- 45.** O julgamento das contas de ordenação de despesas dos prefeitos municipais compete exclusivamente ao Poder Legislativo, limitando-se o Tribunal de Contas, como órgão auxiliar, a emitir o parecer prévio, que somente poderá ser rejeitado por dois terços dos membros da Câmara Municipal.

Considerando as disposições da Lei Orgânica e do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, julgue os itens subsequentes.

- 46.** Segundo a Lei Orgânica do Tribunal, é indispensável para o funcionamento do Tribunal Pleno a presença de, no mínimo, quatro conselheiros, além do Presidente.
- 47.** No caso de obscuridade, contradição ou omissão em decisão do Tribunal, caberá a oposição de embargos de declaração, admitida a sustentação oral, desde que requerida antes de iniciado o julgamento.
- 48.** Consulta é o procedimento por meio do qual são suscitadas dúvidas na aplicação de dispositivos legais e regulamentares, concernentes à matéria de competência do Tribunal de Contas, sendo que a resposta ao citado procedimento não constitui prejulgamento de fato ou caso concreto.

DIREITO CONSTITUCIONAL*Nelma Fontana*

- 49.** For força da dignidade da pessoa humana, durante a instrução e o julgamento de crimes contra a dignidade sexual, bem como em audiências e decisões judiciais, é vedada qualquer menção ou insinuação acerca da vida sexual pregressa da vítima.
- 50.** A Comissão Parlamentar de Inquérito tem poderes de investigação próprios da autoridade judicial, de modo que pode, por autoridade própria, promover a busca e apreensão de documentos em ambientes domiciliares.

- 51.** No processo legislativo das emendas à Constituição, a única participação do Presidente da República é na iniciativa, porque não é dada ao Chefe do Executivo a competência para sancionar, promulgar e publicar emenda, diferentemente do que se dá no processo de criação das leis.
- 52.** O Estado XX pretende, mediante lei estadual, após consulta prévia à população diretamente interessada, tendo sido apresentado estudo de viabilidade, criar novo município a partir de desmembramento. Acerca do caso narrado, segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal e nos termos expressos na Constituição Federal, é correto afirmar que a competência para a formação de novos municípios, por fusão ou por desmembramento, é da União, por meio de lei complementar.
- 53.** O Estado X editou Lei que obriga as empresas concessionárias de energia elétrica a expedirem notificação com aviso de recebimento para a realização de vistoria técnica no medidor de usuário residencial. Sobre o caso narrado, é correto afirmar que a lei é inconstitucional por violação à competência da União para explorar os serviços e instalações de energia elétrica e para legislar sobre energia.
- 54.** José, professor de Direito Constitucional, ao lecionar sobre as diferentes concepções de Constituição, explicou aos seus alunos que “de nada serve o que se escreve numa folha de papel se não se ajusta à realidade, aos fatores reais e efetivos do poder”. Essa explicação se ajusta à concepção Sociológica de Constituição, idealizada por Ferdinand Lassalle.
- 55.** A perda da nacionalidade brasileira de um brasileiro naturalizado pode ocorrer por ato administrativo do Ministério da Justiça, na hipótese de fraude no processo de naturalização, sem necessidade de decisão judicial.
- 56.** Algumas competências privativas do presidente da República podem ser delegadas aos ministros de estado. Entre elas está a de presidir o Conselho da República.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Fabiano Pereira***57. Julgue o seguinte item, considerando os atos administrativos.**

A revogação é uma forma de extinção do ato administrativo que ocorre quando este apresenta vício de legalidade, devendo ser declarada pela própria Administração ou pelo Poder Judiciário.

58. Julgue o seguinte item, considerando os poderes administrativos.

O poder hierárquico autoriza a Administração Pública a distribuir funções, fiscalizar e avocar competências de órgãos inferiores, configurando relação de subordinação entre seus agentes.

59. Julgue o seguinte item, considerando os princípios da Administração Pública.

A violação de um princípio administrativo é tão grave quanto a transgressão de uma norma específica, pois compromete todo o sistema jurídico, podendo acarretar a nulidade do ato e a inconstitucionalidade da norma.

60. Acerca do que dispõe a Lei n.º 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), julgue o próximo item.

A caracterização do ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário, previsto no art. 10 da Lei nº 8.429/1992, admite tanto a conduta dolosa quanto a culposa do agente, sendo suficiente a comprovação de negligência, imprudência ou imperícia para a responsabilização.

61. Julgue o seguinte item, considerando a responsabilidade civil do Estado.

O Estado responde de forma objetiva pelos danos causados por seus agentes a terceiros, adotando a teoria do risco administrativo, ressalvadas as hipóteses de excludentes como culpa exclusiva da vítima ou caso fortuito e força maior.

62. Julgue o seguinte item, considerando a organização da Administração Pública.

A Administração Pública indireta é composta por autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e consórcios públicos, que possuem personalidade jurídica própria e desempenham atividades descentralizadas do Estado.

63. Acerca do que dispõe a Lei n.º 9.784/1999 (Lei do Processo Administrativo Federal), julgue o próximo item.

No processo administrativo federal, os prazos devem ser contados em dias úteis. Além disso, cabe ao administrado demonstrar a ocorrência de feriado local que possa impactar o prazo para a interposição de recurso à instância superior.

64. Julgue o seguinte item, considerando o controle da Administração Pública.

O controle da Administração Pública pode ser interno ou externo, abrangendo tanto a verificação de legalidade quanto a análise de mérito, com a

finalidade de assegurar a conformidade da atuação estatal aos princípios do ordenamento jurídico.

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AOS SERVIDORES PÚBLICOS*Tiago Zanolla*

65. Marta, servidora efetiva do Estado do Rio Grande do Sul, tem atribuições voltadas à gestão documental. Lotada inicialmente em uma unidade A, passou a atuar, por designação, em um setor B. Alegando incompatibilidade de formação com a nova área, solicitou formalmente sua relotação. A Administração, entretanto, indeferiu o pedido, afirmando que a movimentação havia ocorrido no interesse do serviço, sendo válida mesmo diante da especialização da servidora em arquivologia.

Dias depois, Marta foi nomeada para um cargo em comissão na Coordenadoria de Protocolo, permanecendo vinculada ao setor B, até que fosse publicada nova portaria.

Considerando o Estatuto dos Servidores do Estado do RS, a lotação no setor de B é inválida, pois a compatibilidade entre cargo e setor é requisito determinante.

66. Durante a implantação de um novo sistema informatizado de controle de processos administrativos, a Diretoria-Geral de determinado órgão identificou a necessidade de delegar temporariamente parte de sua competência decisória a coordenadorias regionais, que não estão formalmente subordinadas à estrutura central. Um grupo de servidores alertou que tal delegação seria inválida por ausência de hierarquia direta entre os órgãos envolvidos.

Posteriormente, identificou-se também que o presidente de uma comissão colegiada havia editado ato normativo com base em delegação genérica recebida do colegiado. Além disso, um diretor de departamento alegou ter avocação permanente de atos de chefia de seção por conveniência gerencial.

À luz da Lei nº 15.612/2021, a delegação é inválida, pois somente pode ocorrer entre órgãos que possuam vínculo hierárquico.

67. Carlos, servidor do Estado do Rio Grande do Sul, foi demitido em processo administrativo disciplinar, mas anos depois obteve decisão judicial que reconheceu a nulidade do processo e determinou seu retorno ao serviço. A Administração, ao promover sua reintegração, verificou que o cargo que Carlos ocupava havia sido extinto. Diante disso, a autoridade competente determinou sua recondução ao cargo equivalente disponível no quadro, com direito a indenização pelos anos afastado.

68. Durante a análise de um procedimento administrativo interno, um servidor do TJRS sugeriu que os atos processuais deveriam ser realizados presencialmente, uma vez que a tramitação por videoconferência comprometeria a formalidade do processo. A chefia da unidade, no entanto, determinou o prosseguimento do processo em meio eletrônico, utilizando-se de plataforma de videoconferência para oitivas e manifestações

técnicas, citando expressamente o art. 1º da Lei nº 15.612/2021.

Assertiva: A chefia da unidade agiu de acordo com a legislação estadual, que admite a prática de atos processuais por meio de videoconferência sempre que possível.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Luciana Marinho

69. Em relação à receita pública, julgue o item que se segue:

Quanto à categoria econômica, as receitas tributárias, patrimonial, industrial e de serviços são receitas exclusivamente correntes inseridas no contexto da lei orçamentária anual.

70. Relativamente à receita pública, julgue o item seguinte:

O estágio da previsão consiste no ato de planejar e estimar a arrecadação das receitas orçamentárias que constarão na proposta orçamentária. É a etapa que antecede à fixação do montante de despesas que irão constar nas leis de orçamento, além de ser base para se estimar as necessidades de financiamento do governo.

71. Com relação as classificações da despesa, julgue o item seguinte:

A classificação institucional da despesa tem como finalidade identificar a área de atuação governamental na qual determinada despesa será realizada, a exemplo, do ministério da saúde.

72. Quanto ao impacto no patrimônio, as despesas podem ser classificadas em efetivas e não efetivas. As despesas correntes, geralmente, são consideradas despesas efetivas, e as despesas de capital, em regra, são despesas não efetivas.

73. Quanto à forma de ingresso, as receitas podem ser classificadas como orçamentárias e extra orçamentárias. As receitas orçamentárias têm como características serem receitas que representam entradas de recursos para financiar os gastos do estado, incorporando permanentemente pelo patrimônio do Poder Público.

74. Em relação à dívida ativa tributária, julgue o item que se segue:

Conforme disposto da Lei 4.320/64, a dívida ativa regularmente inscrita apresenta presunção de certeza e liquidez, uma vez que não cabe contraditório em nenhum momento do procedimento de inscrição e cobrança.

75. Com relação ao suprimento de fundos, julgue o item a seguir:

Entre as situações impeditivas de recebimento de suprimento de fundos prevista na legislação, será declarado em alcance o servidor que não prestar contas no prazo previsto em lei ou quando suas contas não tiverem sido aprovadas por má aplicação do recurso.

76. Com fundamento na Lei nº 4.320/64, abrangem a dívida flutuante as operações de crédito de prazo inferior a doze meses, cujas receitas constem no orçamento.

77. Com relação ao suprimento de fundos, julgue o item a seguir.

A restituição total de suprimento de fundos por falta de aplicação que for recolhida no mesmo exercício financeiro constitui uma receita orçamentária.

78. A Lei de Responsabilidade Fiscal considera como renúncia fiscal a concessão de isenção em caráter geral.

79. Cabe a Lei de Responsabilidade dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual.

80. A LRF está se referindo ao princípio do controle quando expõe a necessidade de se prevenir riscos e corrigir desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas pública.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (TARDE)

CONTABILIDADE GERAL

Silvio Sande

Acerca do regime de competência, do regime de caixa e das operações típicas de uma empresa comercial, julgue os itens abaixo

81. Uma empresa possuía em seu ativo uma duplicata a receber no valor de R\$ 50.000. Com o objetivo de aumentar o saldo das disponibilidades, a empresa decidiu descontar a duplicata no banco, recebendo R\$ 45.000. Nessa situação a duplicata a receber deverá ser baixada do balanço.

82. O registro contábil de um débito na conta caixa e de um crédito na conta receita de aluguéis a vencer corresponde à receita cujo fato gerador ainda não ocorreu. Dessa forma, o reconhecimento da referida receita no resultado em momento futuro estará em conformidade com o regime de caixa.

83. Uma tomou um empréstimo de R\$ 40.000,00 com pagamento de juros antecipados no valor de R\$ 8.000,00. A contabilização da operação proporciona um aumento de R\$ 32.000 no ativo circulante da empresa e o reconhecimento de R\$ 8.000,00 como despesas financeiras no momento da tomada do empréstimo

A empresa SS adquiriu, para revenda, mercadorias pelo valor de R\$ 100.000,00 com incidência de ICMS a alíquota de 18%. Para levar a mercadoria até seu estabelecimento a empresa SS contratou uma transportadora que cobrou R\$ 500,00 para fazer o serviço. A partir dessas informações, julgue os itens a seguir.

84. A empresa SS deve contabilizar as mercadorias como ativo circulante ao custo de R\$ 82.500,00

85. A empresa SS deve contabilizar o valor de R\$ 500,00 correspondente ao frete no resultado do exercício.

Com referência à contabilização de ativos, julgue os itens seguinte à luz da legislação societária, dos princípios fundamentais da contabilidade e dos pronunciamentos contábeis do CPC.

86. O custo corrente de um ativo representa a contrapartida que seria paga na data de mensuração mais os custos de transação que seriam incorridos nessa data, representando, dessa forma, valores de saída.

87. Os passivos podem ser reconhecidos mesmo que a empresa não tenha uma obrigação formalizada.

Conforme o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) - Ativo Intangível, julgue os itens a seguir

88. Ativo intangível é um ativo monetário, sem substância física, identificável, controlado pela entidade e gerador de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.

89. os gastos incorridos na geração de marcas, listas de clientes e outros itens similares não podem ser separados e reconhecidos como ativo intangível.

90. O período e o método de amortização de ativo intangível com vida útil definida devem ser revisados pelo menos ao final de cada exercício.

91. O ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura gerado internamente não deve ser reconhecido como ativo intangível separadamente de outros ativos identificados.

Acerca do Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, julgue os itens a seguir

92. A perda por desvalorização reconhecida para o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) não deve ser revertida em período subsequente.

93. A entidade deve avaliar ao fim de cada período de reporte, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor realizável do ativo.

94. Nem sempre é necessário determinar o valor justo líquido de despesas de venda de um ativo e seu valor em uso. Se qualquer um desses montantes for inferior ao valor contábil do ativo, este não tem desvalorização e, portanto, não é necessário estimar o outro valor.

95. Quando calculado o valor em uso para teste de *impairment*, as projeções de saídas de caixa não devem incluir itens de melhoria ou aprimoramento do ativo testado.

96. O item a seguir, apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada de acordo com os pronunciamentos do CPC.

Situação hipotética: O valor em uso de um imóvel de valor contábil líquido igual a R\$ 500 mil foi avaliado em R\$ 400 mil, e o valor justo desse mesmo imóvel, deduzido das despesas de venda, foi estimado em R\$ 470 mil.

Assertiva: O valor contábil desse imóvel deverá ser reduzido em R\$ 30 mil, por meio da contabilização da despesa correspondente ou, se for o caso, pela diminuição do saldo da reavaliação realizada.

Acerca do CPC 27 - Ativo Imobilizado, julgue os itens abaixo

97. A depreciação de um ativo somente deve cessar quando esse ativo for classificado como mantido para venda ou então se ele for vendido.

98. O valor residual de um ativo deve ser apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada.

99. O registro da baixa de um bem, totalmente depreciado e com valor residual, resulta em uma redução da situação líquida patrimonial.

De acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, julgue os itens abaixo

100. A referida norma define provisão como uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.

101. Passivo contingente é uma obrigação possível, dependente de eventos futuros incertos, ou uma obrigação presente que não atende aos critérios de reconhecimento.

102. Um passivo contingente não é reconhecido nas demonstrações contábeis, mas ele é divulgado em notas explicativas, a menos que a chance de haver a saída de recursos seja possível.

103. Quando a entrada de recursos é possível, surge um ativo contingente, sendo que esse ativo contingente não deve ser reconhecido nas demonstrações, porém deve ser divulgado em notas explicativas.

Acerca do CPC 12 (R1) - Ajuste a Valor Presente, julgue os itens a seguir

104. O desconto a valor presente é requerido quer se trate de passivos contratuais, quer se trate de passivos não contratuais, sendo que a taxa de desconto, necessariamente, deve considerar o risco de mercado.

105. A quantificação do ajuste a valor presente deve ser realizada em base exponencial pro rata die, a partir da origem de cada transação, sendo os seus efeitos apropriados nas contas a que se vinculam.

106. A aplicação do conceito de ajuste a valor presente nem sempre equipara o ativo ou o passivo a seu valor justo. Por isso, valor presente e valor justo não são sinônimos.

De acordo com a NBC TG 46 (R2) – Mensuração do Valor Justo, julgue os itens a seguir

107. O preço no mercado principal (ou mais vantajoso) utilizado para mensurar o valor justo do ativo ou passivo deve ser ajustado para refletir custos de transação.

108. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

109. A hierarquia de valor justo prioriza o uso de dados observáveis, sendo que o nível 1 é o mais alto, e envolve preços ajustados em mercados ativos para ativos ou passivos similares.

110. Os dados não observáveis para ativos e passivos são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo.

CONTABILIDADE PÚBLICA

Gilmar Possati

111. Para a elaboração do Balanço Patrimonial, a Contabilidade Aplicada ao Setor Público exige a utilização exclusiva de contas de natureza patrimonial, visto que esta demonstração tem o propósito primordial de evidenciar a situação do patrimônio da entidade em um determinado momento, sendo as contas de natureza orçamentária e de controle destinadas a outros relatórios específicos.

112. Ativos intangíveis reconhecidos no setor público com vida útil definida devem ser amortizados ao longo de sua vida útil estimada, enquanto aqueles com vida útil indefinida não são amortizados, mas estão sujeitos a testes de recuperabilidade anuais ou sempre que houver indícios de perda de valor, para compará-los ao seu valor contábil.

113. No Município Audazes dos Pampas, o reconhecimento contábil da variação patrimonial aumentativa referente a um imposto deve ser realizado no momento da arrecadação efetiva do tributo, pois é somente com o ingresso de recursos que se concretiza o direito da entidade pública sobre a receita, em consonância com o regime de caixa.

114. O Balanço Orçamentário de uma entidade pública em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) apresenta o saldo da dotação no quadro geral como a diferença entre a dotação inicial e as despesas já liquidadas, refletindo o montante ainda disponível para ser empenhado e pago.

115. É vedado o reconhecimento de provisões para despesas que, embora consideradas prováveis, referem-se a obrigações que ainda deverão ser incorridas para operações futuras, pois o princípio da prudência impede o registro de passivos antes de sua efetiva materialização.

116. No Município Audazes dos Pampas, na contabilização do ajuste para perdas de estoques, com o intuito de adequá-los ao seu valor realizável líquido, é correto que se debite uma conta de variação patrimonial diminutiva e, em contrapartida, se credite uma conta redutora de ajuste de perdas de estoques, refletindo o impacto patrimonial da desvalorização.

117. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), quando uma provisão e um passivo contingente no setor público decorrem de um mesmo conjunto de circunstâncias, a entidade não deve fazer nenhuma divulgação, a fim de evitar duplicidade de informações.

118. No setor público, o reconhecimento de uma variação patrimonial diminutiva (VPD) é condicionado à liquidação da despesa, estágio da despesa em que se materializa a efetiva prestação do serviço ou a entrega do bem.

119. A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) de uma entidade do setor público, segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), deve ser elaborada obrigatoriamente pelo método direto, evidenciando as alterações ocorridas em caixa e equivalentes de caixa, classificadas conforme as atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

120. No que concerne à estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), os lançamentos contábeis que afetam exclusivamente a natureza da informação patrimonial devem sempre debitar e creditar contas que pertençam às classes 1 (Ativo), 2 (Passivo), 3 (Variação Patrimonial Diminutiva) e 4 (Variação Patrimonial Aumentativa).

121. O Balanço Financeiro do Município Audazes dos Pampas, ao evidenciar o equilíbrio financeiro da execução orçamentária, deve restringir-se à arrecadação da receita orçamentária e ao pagamento da despesa orçamentária, excluindo expressamente os ingressos e dispêndios extraorçamentários, os quais são demonstrados em contas de natureza de controle.

122. A tempestividade é uma característica qualitativa importante para as informações geradas pelo sistema de custos do setor público, assegurando que tais dados estejam disponíveis aos usuários em tempo hábil para que possam cumprir seu objetivo gerencial e decisório antes que percam sua capacidade de influenciar as deliberações.

123. No contexto da contabilidade aplicada ao setor público, quando um ativo imobilizado é adquirido por uma entidade do setor público por meio de uma transação sem contraprestação, como uma doação ou transferência gratuita, seu valor inicial para registro contábil deve ser mensurado pelo seu

custo de reposição, dada a ausência de um preço de aquisição.

124. A mudança de regime contábil, adotada pelo Município Audazes dos Pampas para suas demonstrações financeiras, constitui um exemplo de mudança de política contábil, e não de mera mudança de estimativa contábil, conforme as disposições das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP).

125. O método de depreciação da soma dos dígitos, quando aplicado a um ativo imobilizado do Município Audazes dos Pampas, resulta em depreciações anuais maiores nos primeiros anos de vida útil do bem em comparação com o método das cotas constantes, provocando uma acumulação mais rápida da depreciação inicial.

126. No setor público, a variação patrimonial diminutiva (VPD) de um material de consumo é registrada no momento em que o material é recebido e estocado pelo almoxarifado da entidade, marcando o surgimento da obrigação patrimonial.

127. Um ativo contingente, caracterizado como um ativo provável resultante de eventos presentes, mesmo que não seja reconhecido no Balanço Patrimonial por não se tratar de uma certeza, deve ser obrigatoriamente divulgado nas notas explicativas do Município Audazes dos Pampas caso a entrada de recursos seja provável e o valor possa ser estimado com razoável segurança.

128. Os custos com mão de obra incorridos na manutenção periódica de rotina de um ativo imobilizado do Município Audazes dos Pampas devem ser incorporados ao valor contábil do próprio ativo, aumentando seu custo e, consequentemente, a base para a depreciação futura.

129. O Patrimônio Líquido de uma entidade do setor público é conceituado como a diferença entre o total de seus ativos e o total de seus passivos, representando o valor residual dos ativos após a dedução de todas as obrigações.

130. O Município Audazes dos Pampas foi notificado sobre uma ação judicial por danos ambientais decorrentes de um aterro sanitário antigo, cuja operação foi encerrada há cinco anos. A assessoria jurídica do município estima que há 70% de chance de o município ser condenado a pagar uma multa de R\$ 5 milhões e 30% de chance de ser condenado a pagar R\$ 2 milhões. Além disso, há uma possibilidade não desprezível de que o município seja obrigado a arcar com a remediação ambiental completa, estimada em R\$ 10 milhões, mas os peritos consideram essa última obrigação como possível, e não provável. Nesse cenário, o município Audazes dos Pampas deverá reconhecer uma provisão de R\$ 4,1 milhões em suas demonstrações contábeis e divulgar em notas explicativas o passivo contingente relacionado à remediação ambiental.

131. Em determinado exercício, o Município Audazes dos Pampas realizou a reavaliação de um de seus edifícios, cujo custo histórico era de R\$ 2.000.000, com depreciação acumulada de R\$ 800.000, resultando em um valor contábil líquido de R\$ 1.200.000. Após a reavaliação, o valor justo do edifício foi determinado em R\$ 1.000.000. Nesse caso, a diferença de R\$ 200.000 (R\$ 1.000.000 - R\$ 1.200.000) deve ser reconhecida como variação

patrimonial diminutiva no resultado do exercício, sem afetar a reserva de reavaliação.

132. Devido a uma alteração cadastral no sistema, o Município Audazes dos Pampas identificou, em janeiro de 2025, um conjunto de imóveis que não foram lançados para cobrança de IPTU nos exercícios de 2023 e 2024. A receita potencial de IPTU para cada um desses anos é de R\$ 150.000. Nesse contexto, o município deve registrar uma Variação Patrimonial Aumentativa (VPA) de R\$ 300.000 no exercício de 2025, para refletir o total do direito a receber, independentemente de qualquer arrecadação futura.

133. O Município Audazes dos Pampas, ao contratar uma empresa para realizar a manutenção anual de seus parques públicos, emitiu o empenho da despesa em fevereiro, a empresa concluiu os serviços em março e o pagamento foi efetuado em abril. A despesa orçamentária foi registrada em fevereiro. No entanto, a variação patrimonial diminutiva (VPD) para essa despesa deve ser reconhecida apenas no mês de abril, quando ocorre o pagamento, em virtude do princípio da prudência que exige a certeza do desembolso.

134. Situação Hipotética: O Município Audazes dos Pampas apresentou, em seu primeiro exercício financeiro encerrado, os seguintes eventos:

- Aprovação da lei orçamentária anual com receita prevista e despesa fixada de R\$ 500.000 cada.
- Lançamento de impostos no valor de R\$ 400.000, com arrecadação de 75% desse valor.
- Empenho, liquidação e pagamento de despesas com folha de pessoal no valor de R\$ 200.000.
- Empenho e liquidação de um veículo no valor de R\$ 100.000, sendo 50% pago à vista e 50% inscrito em restos a pagar não processados.
- Recebimento de um terreno em doação no valor de R\$ 150.000.

Com base nessa situação, o resultado patrimonial do exercício apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) foi superavitário em R\$ 250.000.

135. Situação Hipotética: O Município Audazes dos Pampas emitiu uma fatura em novembro/X1 referente à taxa de licença ambiental, cujo fato gerador para o reconhecimento da obrigação do contribuinte ocorreu em outubro/X1. O pagamento dessa taxa foi efetuado pelo contribuinte em janeiro/X2, e a fiscalização do cumprimento das obrigações ambientais (prestação do serviço) foi concluída em fevereiro/X2.

Assertiva: Nesse contexto, a receita orçamentária para fins de execução é reconhecida em janeiro/X2, ao passo que a Variação Patrimonial Aumentativa (VPA) para fins patrimoniais é reconhecida em outubro/X1.

136. Situação Hipotética: O Município Audazes dos Pampas possui um parque ambiental, que é um ativo não gerador de caixa, e um estacionamento rotativo público, que gera receitas significativas para a municipalidade. Ambos os ativos apresentaram indícios de redução de valor recuperável: o parque devido a um desastre natural que exigiu reconstrução parcial, e o estacionamento por uma nova regulamentação que limitou o valor das tarifas.

Assertiva: Para o parque ambiental (ativo não gerador de caixa), o teste de recuperabilidade de valor se baseará no valor recuperável de serviço, mensurado por meio do custo de reposição ou substituição do ativo, do valor presente líquido dos futuros fluxos de caixa ou do potencial de serviço remanescente. Já para o estacionamento rotativo (ativo gerador de caixa), a perda por redução ao valor recuperável deve ser reconhecida se o seu valor recuperável for menor que o seu valor contábil.

137. Situação Hipotética: O Município Audazes dos Pampas é parte ré em um processo judicial de indenização por desapropriação. Os advogados do município estimam três possíveis resultados: (1) perda de R\$ 5 milhões com 40% de probabilidade; (2) perda de R\$ 3 milhões com 50% de probabilidade; (3) vitória no processo com 10% de probabilidade, sem desembolso. Não há outros passivos contingentes relacionados a essa situação.

Assertiva: O Município Audazes dos Pampas deve reconhecer uma provisão de R\$ 3,5 milhões, calculada pelo valor esperado, refletindo a melhor estimativa do valor que a entidade pagaria para liquidar a obrigação.

138. Situação Hipotética: O Município Audazes dos Pampas adquiriu uma usina de tratamento de resíduos sólidos. A usina é composta por uma unidade de incineração (custo significativo e vida útil de 15 anos) e uma unidade de reciclagem (custo significativo e vida útil de 10 anos). Ao final da vida útil do sistema, a estrutura civil e alguns equipamentos podem ser vendidos como sucata, gerando um valor residual estimado.

Assertiva: Para a correta mensuração do ativo, o Município Audazes dos Pampas deve depreciar as unidades de incineração e reciclagem separadamente, utilizando suas respectivas vidas úteis. Adicionalmente, o valor residual estimado deve ser considerado na determinação do valor depreciável desde o reconhecimento inicial do ativo e reavaliado periodicamente, impactando o cálculo da depreciação anual.

139. Situação Hipotética: O Município Audazes dos Pampas, na qualidade de órgão central, possui uma autarquia municipal (Serviço de Saneamento Básico Municipal – SESAB) e recebe transferências governamentais do Estado de Audazes do Sul, além de efetuar pagamentos de juros sobre um empréstimo de longo prazo contratado diretamente com uma instituição financeira.

Assertiva: Na consolidação das demonstrações financeiras do Município Audazes dos Pampas com as do SESAB (consolidação intragovernamental), é obrigatória a eliminação de saldos e transações recíprocas entre as duas entidades. No entanto, na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) consolidada, os recebimentos de transferências do Estado devem ser classificados como atividades de financiamento, enquanto o pagamento de juros do empréstimo de longo prazo deve ser classificado como atividades de investimento.

140. Situação Hipotética: O Município Audazes dos Pampas possui um edifício de oito andares. Os três primeiros andares são utilizados por secretarias municipais para suas operações administrativas. Os cinco andares superiores são integralmente alugados a empresas privadas sob contratos de longo prazo, gerando uma renda considerável para o município. É tecnicamente viável e juridicamente permitido vender ou arrendar separadamente os blocos de andares utilizados pela prefeitura e os alugados a terceiros.

Assertiva: Nesse cenário, os três primeiros andares do edifício, ocupados pelas secretarias municipais, devem ser classificados como ativo imobilizado e estarão sujeitos à depreciação ao longo de sua vida útil. Já os cinco andares superiores, alugados a empresas privadas, devem ser classificados como propriedade para investimento. Adotando o modelo do valor justo para as propriedades para investimento, estes últimos cinco andares não serão depreciados, mas sim reavaliados periodicamente ao seu valor de mercado, com os ganhos ou perdas resultantes reconhecidos diretamente no resultado do período.

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Marcondes Fortaleza

Analice as afirmações a seguir sobre análise de demonstrações.

141. Liquidez e rentabilidade são objetivos conflitantes.

142. A análise vertical é uma ferramenta importante para analisar a evolução das contas individuais e também dos grupos de contas ao longo do tempo.

143. A análise horizontal é realizada mediante a extração de relacionamentos percentuais entre itens pertencentes a uma mesma demonstração financeira de um ano.

Em relação aos índices de liquidez e endividamento, julgue o item a seguir

144. A liquidez seca demonstra a porcentagem das dívidas a curto prazo em condições de serem saldadas mediante a utilização de itens monetários de maior liquidez do ativo circulante.

145. Um índice de endividamento alto reflete, sempre, uma situação insatisfatória.

146. Em relação à composição do endividamento, uma empresa com menores níveis de endividamento no curto prazo, frequentemente, oferece maior risco.

Em relação aos índices de rentabilidade e lucratividade, julgue o item a seguir

147. O giro do ativo indica o número de vezes que o ativo total da empresa girou (transformou-se em dinheiro) em determinado período em função do lucro operacional obtido.

148. A margem líquida mede a eficiência global da empresa. Por exemplo, se o índice for igual a 15%, indica que 85% das receitas de vendas foram utilizadas para cobrir todos os custos e despesas incorridos gerando 15% das vendas realizadas sob a forma de lucro líquido.

Dados para resolução das questões 149 e 150.

A seguir, são apresentados dados relativos à contabilidade de uma entidade hipotética, cujos valores estão em reais.

item	20X2	20X3
ativo circulante cíclico	153.735	137.212
ativo circulante financeiro	161.337	145.935
ativo não circulante	209.012	188.750
passivo circulante cíclico	64.167	48.917
passivo circulante financeiro	130.570	123.113

informações do balanço

	20X2	20X3
caixa	26.911	13.129
clientes	105.300	73.600
estoques	54.120	48.313
imobilizado	188.440	161.320
fornecedores	55.800	38.900
patrimônio líquido	262.286	245.850

Obs: O passivo não circulante (incluindo o PL) era 329.347 em 20X2 e foi para 299.867 em 20X3.

149. A partir das informações econômico-financeiras apresentadas, é correto afirmar que a capacidade de a entidade honrar com suas obrigações de curto prazo fazendo uso dos direitos de curto prazo, entre os exercícios 20X2 e 20X3, evoluiu entre 4% e 5%.

150. A rentabilidade do Ativo é costumeiramente desmembrada em Giro e Margem: Vendas/Ativo Médio x LL / Vendas (conhecida como Fórmula DuPont). A partir dos dados apresentados, o valor correto da ROA em 20X3 é de 5%.

GOVERNANÇA NO SETOR PÚBLICO*Douglas Schneider*

Acerca da governança no setor público, julgue os itens a seguir.

151. A governança no setor público é um conjunto de mecanismos pelos quais as organizações são dirigidas, avaliadas e monitoradas, contribuindo para que os gestores atuem com foco em resultados, integridade e prestação de contas à sociedade.

152. A transparência na gestão pública fortalece os princípios da governança ao permitir o acesso às informações pelas partes interessadas, sendo condição essencial para o exercício da *accountability*.

153. Governança e governabilidade são termos equivalentes e intercambiáveis, ambos relacionados à capacidade técnica da administração pública em assegurar a conformidade legal e o cumprimento de metas institucionais.

154. Os princípios fundamentais da governança no setor público, conforme definidos na política de governança da administração pública federal, são: liderança, estratégia e controle.

155. No setor público, a liderança, como mecanismo de governança, está associada à atuação das altas autoridades na promoção de uma cultura organizacional orientada à ética, ao compromisso com resultados e à melhoria do desempenho institucional.

AUDITORIA GOVERNAMENTAL, COMPLIANCE, GESTÃO DE RISCO*Guilherme Sant'Anna*

156. A auditoria operacional, por seu caráter avaliativo, busca identificar se os recursos públicos estão sendo utilizados de forma econômica, eficiente e eficaz.

157. O conceito de materialidade, aplicado à auditoria governamental, implica que qualquer erro identificado, independentemente de sua relevância, deve ser reportado no relatório de auditoria.

158. A auditoria de conformidade se limita ao exame das demonstrações contábeis, com o objetivo de assegurar que estas estejam em conformidade com os princípios de contabilidade geralmente aceitos.

159. O princípio do ceticismo profissional exige que o auditor mantenha postura crítica e questionadora durante todas as fases da auditoria.

160. A independência organizacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores deve estar assegurada por dispositivos legais, preferencialmente constitucionais.

161. Os achados de auditoria são compostos pelos elementos: situação ou condição, critério, causa e efeito.

162. O relatório do auditor em uma auditoria financeira obrigatoriamente deve ser expresso na forma longa, a fim de detalhar minuciosamente os achados.

- 163.** A confidencialidade, tal como prevista no Código de Ética da INTOSAI, impede que o auditor comunique informações relevantes aos usuários previstos do relatório.
- 164.** A etapa de planejamento da auditoria compreende, entre outras atividades, a definição dos objetivos, do escopo e da abordagem a ser utilizada.
- 165.** O levantamento é o instrumento de fiscalização utilizado para examinar atos sujeitos a registro.
- 166.** A auditoria governamental não tem como função agregar valor às entidades auditadas, mas apenas verificar conformidade legal.
- 167.** Os papéis de trabalho do auditor servem como registro da execução, da evidência relevante coletada e da base para as conclusões do trabalho de auditoria.
- 168.** A matriz de responsabilização tem como elementos o nexo de causalidade, a análise da culpabilidade e a mensuração dos efeitos reais e potenciais causados pela irregularidade.
- 169.** O princípio da economicidade refere-se à análise da qualidade do serviço prestado à sociedade, em termos de efetividade e impacto social.
- 170.** As recomendações emitidas em relatórios de auditoria têm caráter vinculante, sendo obrigatória sua implementação imediata pelos gestores.
- 171.** O risco de auditoria é composto por três elementos: risco inherente, risco de controle e risco residual.
- 172.** O risco de controle é aquele relacionado à possibilidade de os controles internos da entidade não prevenirem ou detectarem distorções relevantes em tempo hábil.
- 173.** O risco de detecção refere-se à possibilidade de que os procedimentos aplicados pelo auditor não identifiquem distorções relevantes existentes no objeto auditado.
- 174.** São elementos do ambiente de controle os valores de honestidade e ética, a estrutura organizacional e a segregação de funções.
- 175.** A circularização é considerada um procedimento de auditoria indireto, uma vez que se baseia exclusivamente em informações fornecidas pela própria entidade auditada.
- 176.** A amostragem em auditoria é utilizada quando o exame de 100% da população é inviável ou antieconômico, possibilitando inferências sobre o todo a partir da análise de parte dos elementos.
- 177.** Na amostragem probabilística, a seleção dos elementos é feita de forma subjetiva, com base no julgamento profissional do auditor.
- 178.** A aplicação dos princípios de compliance na gestão pública contribui para prevenir irregularidades, fortalecer a integridade institucional e assegurar maior conformidade com normas legais.
- 179.** A boa governança no setor público pressupõe mecanismos de liderança, estratégia e controle que busquem, entre outros objetivos, a prestação de serviços de qualidade e a accountability perante a sociedade.
- 180.** Transparéncia e accountability são conceitos equivalentes, pois ambos se referem exclusivamente à disponibilização de informações financeiras da gestão pública.

Discursiva (Conhecimentos Gerais)

Um órgão público contratou, mediante prévio procedimento licitatório, a construção de um edifício anexo para alocação de atividades de suporte de informática. No curso do contrato, em face de constrições orçamentárias e da necessidade de corte de despesas, viu-se obrigado a reduzir as obras inicialmente contratadas, suprimindo parte do objeto do contrato, correspondente à construção do edifício anexo.

Considerando o que dispõe a Lei 14.133/2021, responda, fundamentadamente, às seguintes indagações:

- a) Existe algum limite em que a contratada estaria obrigada a aceitar a supressão quantitativa do objeto? A prerrogativa de alteração unilateral pela Administração Pública é condicionada à comprovação de circunstâncias supervenientes?
- b) A contratada faz jus a alguma espécie de resarcimento por custos incorridos e/ou reequilíbrio econômico-financeiro do contrato em face da supressão quantitativa de seu valor?

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

Discursiva (Conhecimentos Específicos)

A Controladoria Geral do Município X identificou falhas na integração dos instrumentos de planejamento e orçamento, comprometendo a eficiência e a transparência na execução das políticas públicas. Entre os problemas estão a incoerência entre os programas do PPA e as diretrizes da LDO, a falta de critérios objetivos para a limitação de empenho e inconsistências no orçamento da seguridade social. A equipe de auditores foi designada para elaborar um parecer técnico com soluções para assegurar a coerência e a integração entre o PPA, a LDO e a LOA.

Tendo por base a situação hipotética apresentada, responda aos seguintes tópicos:

1. Descreva os principais objetivos e a estrutura do PPA e sua relevância para o alinhamento das políticas públicas;
2. Explique o papel da LDO na integração do planejamento orçamentário, destacando os anexos de metas fiscais e riscos fiscais;
3. Proponha como a estrutura da LOA pode ser aperfeiçoada para promover maior controle e eficiência no uso dos recursos.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>